

## **A educação popular e os direitos humanos – afinidades e experiências de uma *outra* (e possível) educação**

Popular education and human rights - affinities and experiences of another

### **Yasmin Barros Cortez**

[yasminbc16@gmail.com](mailto:yasminbc16@gmail.com)

Ensino superior cursando graduação em Letras (Licenciatura) na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Atua no Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), da Capes. Trabalha também na equipe do Jornal Plástico Bolha.

### **Márcia de Souza Bahia**

[bahiam2014@hotmail.com](mailto:bahiam2014@hotmail.com)

Ensino superior cursando

### **Noelia Rodrigues Pereira Rego**

[noeliarpr@gmail.com](mailto:noeliarpr@gmail.com)

Doutoranda em Educação e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, onde possui mestrado na mesma área. Graduou-se em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio (2009).

### **Elisangela Alves dos Santos**

[elisangelaalvesdossantos01@gmail.com](mailto:elisangelaalvesdossantos01@gmail.com)

Ensino superior cursando Ciências Sociais

## **Resumo**

Este artigo pretende apresentar as bases da educação popular em conjunto com as prerrogativas dos direitos humanos. Falamos a partir de um espaço não formal de educação, que trabalha com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), na perspectiva da Educação Popular. Expomos, brevemente, experiências de quem já passou por ali, fruto de algumas de suas ações, e retornou àquele espaço para, de alguma forma, dar sua contribuição, e ainda de quem entrou para lecionar e tomou a Educação Popular enquanto bandeira de luta por uma *outra* Educação.

Palavras-chave: Educação popular; direitos humanos; *outra* educação; experiências; cidadania.

## Abstract

This article aims to present in accordance the foundations of Popular Education together with the prerogatives of Human Rights. We speak from a non-formal space of education, which works with Youth and Adult Education, from the perspective of PE. We briefly expose experiences reported by those who have passed through, as a result of some of their actions, and returned to that space to somehow give their contribution, and also of those who entered to teach only and took Popular Education as a flag of struggle for *another* Education.

Keywords: Popular Education; Human rights; Education *Other*; Experiences; Citizenship.

## Introdução

O debate em torno de uma educação voltada aos direitos humanos, no Brasil, é marcado, sobretudo, pelo fim do golpe militar de 1964, que se manteve durante 21 anos no país. É na década de 1980, portanto, que as questões em torno da liberdade, da democracia, da participação ativa e da cidadania tornam-se pilares de uma verdadeira “pedagogia dos direitos humanos”.

A Constituição Cidadã de 1988, apesar de todas as questões que deixaram de ser incluídas – a pauta da orientação sexual em sua pluralidade é uma delas – nos trouxe aspectos que servem de base para que se trabalhe no cotidiano das escolas conteúdos como respeito, equidade e alteridade, elementos que dialogam com uma educação em direitos humanos. Foi na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 (Lei nº 9394/96), que os Parâmetros Curriculares Nacionais foram garantidos na forma da lei, primando pela transversalidade de temas como ética, meio ambiente, cidadania e direitos humanos (DHs). Essa formulação foi efetivada com o chamado Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), em 2006, que se constitui enquanto compromisso do Estado com a transversalidade e multidimensionalidade em todos os processos da vida educacional.

Enquanto política pública, é somente com o PNEDH que se formula, de fato, a concepção de educação em direitos humanos (DHs) e que o Brasil começa a pensar em diretrizes nacionais para uma educação nessa perspectiva, elencando seis setores: a educação básica, a educação superior, a educação não formal, a educação e mídia, a educação para a segurança pública e o sistema de justiça. Com uma caracterização básica e estratégica, ela é fundamental para o processo educativo de crianças, adolescentes e adultos. A partir daí, em 2012, o Conselho

Nacional de Educação (CNE) aprova as Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos. Há, com isso, a elaboração de um conjunto de ações e orientações que a escola poderia seguir. Assim, não há apenas uma disciplina voltada para a temática, mas, por se entender que ela é transversal e multidimensional, ela precisa ocorrer de forma a atravessar todo o processo pedagógico, estando assegurada em todas as disciplinas e, portanto, em todas as áreas do conhecimento.

Como exemplo de educação em direitos humanos, neste artigo, vamos conhecer relatos de uma educação nesta perspectiva em um espaço não formal de educação, ancorada nos pilares da educação popular, que, portanto, tem íntimo diálogo com a temática dos DHs. Os relatos que comporão este trabalho partiram da ótica de educadoras e educandas do processo de construção do conhecimento naquele espaço.

Mesmo com todos os avanços em políticas para a educação em direitos humanos, se, possivelmente, na escola formal ainda este debate não se consolidou, é nos espaços não formais de educação, movimentos sociais, pré-vestibulares sociais, como bons exemplos, que pautas como a cultura do povo negro e indígena são discutidas não como folclore, mas como influência em nosso processo sócio-histórico, em nosso processo econômico e político, e, sobretudo, para a formação da nossa intelectualidade. Trabalham-se autores como Lélia Gonzalez, Guerreiro Ramos, Carolina Maria de Jesus e Abdias do Nascimento, que não fazem parte dos intelectuais que compõem as discussões no ensino fundamental e médio das escolas regulares, mas que estão em grande medida presentes como força motriz de uma outra epistemologia no processo educacional, comparecendo sempre nos espaços de atuação onde a educação popular se faz presente.

É notório que a formação intelectual brasileira é forjada pelos referenciais europeus e, portanto, pelo ideal de branquitude. Desta forma, autores que cunham teses sobre a democracia racial e a cordialidade do sujeito brasileiro despertaram grande interesse para que se mascarasse todo o processo histórico de racismos e, conseqüentemente, desigualdades, por que a nação brasileira passou (e ainda passa). São mitos como esses que silenciam e desqualificam lutas históricas de povos contra seu apagamento físico, suas epistemes, sua ancestralidade e, portanto, sua essência. São mitos como esses que fundamentam frases como “não existe racismo no Brasil”, condição que é desvelada por autores como Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, por exemplo.

Trabalhar com educação em direitos humanos é trazer ao debate questões que historicamente não foram, ou são minimamente, tratadas. Gênero e sexualidade, raça, etnia,

classe e meritocracia são, portanto, elementos fundantes de deslocamento de áreas consideradas não epistêmicas do ponto de vista acadêmico-formal e didático-pedagógico, para áreas de construção do conhecimento pautadas em paradigmas que se contrapõem em grande medida com o que lemos nos livros didáticos. Isto porque

(...) temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (SANTOS, 2003, p.56)

A começar pelo currículo e pela prática nos diferentes espaços de educação.

## **Experiências em um espaço não-formal de educação**

Falar em educação e direitos humanos é versar sobremodo numa perspectiva redundante de tratar o tema, isto porque a educação é um elemento social e se dá nas relações que estabelecemos socialmente e, portanto, humanamente. A escola, por sua vez, tem papel fundamental nesse processo, pois estabelece as bases de relações com e entre os sujeitos, sob o ponto de vista dos direitos. Nesta conjuntura, pensar numa educação em direitos humanos é pensar numa escola/educação cidadã, em conexão com as demais esferas da sociedade, de forma a garantir a plenitude e a integralidade de todos os sujeitos, de igual maneira, nos mais diferentes espaços e cenários sociais. É ainda, como defendia Paulo Freire (2001), a harmonia de uma escola situada e conectada com outros espaços de educação, não formais, informais, que trazem consigo importantes ferramentas pedagógicas em seu interior. O fazer junto é essencial nesse processo de uma construção social de cidadania.

A educação popular entra por esta via sob a égide de uma *outra* educação, que, ampliando suas potencialidades, vem tratar a educação como um direito humano em sua essência. Portanto, contestando e problematizando questões da ordem das desigualdades sociais, que geralmente vêm engendradas sob diferentes formas de tentar justificar sucesso x fracasso: a meritocracia é uma delas.

É dentro desta esfera que procuramos fazer o itinerário deste nosso trabalho, rumando para a educação popular em sua atuação nos espaços não formais de educação. Trazer ao debate a prática em educação nestes espaços requer entendermos a educação como um direito, e não um privilégio ou mesmo caridade. Tais espaços se configuram como territórios de

harmonização, diálogo, afeto, mas também de embates e divergências. Contudo, nunca de competitividade, mas sobretudo como territórios de resistências.

A palavra que define nossas atuações enquanto educadoras e educadores populares é a *coletividade*, onde nada é construído *para*, mas *com*, em que todas e todos são, ao mesmo tempo, sujeitos do processo de construção e reconstrução do conhecimento. Deste modo, as descobertas, as trocas de saberes são realizadas em conjunto, numa “educação desocultadora de verdades. Educandos e educadores funcionando como sujeitos para desvendar o mundo”, como sempre apregoava o grande educador Paulo Freire (2005). Nesta direção, a educação como ação libertadora e reveladora do mundo faz todo sentido.

É trazendo esses conteúdos e valores de alteridade, dignidade e liberdade e, portanto, de cidadania e emancipação, que o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos da PUC-Rio se constitui e realiza trabalhos na perspectiva da educação popular há mais de duas décadas. Nossa localização periférica, no subsolo do ginásio da universidade, reforça ainda mais nossas ações sob a égide revolucionária da educação popular. Assim, o que não falta nas três salas do Núcleo é afeto, troca, intercâmbio de ideias, culturas e saberes, e aquele café para compor nossas ações em educação popular com jovens e adultos. Temos ali turmas preparatórias para as provas do Centro de Educação de Jovens e Adultos, para quem ainda não concluiu o ensino fundamental ou médio, e alfabetização de adultos, que funcionam durante o dia. Temos ainda o nosso pré-vestibular, que politicamente preferimos nomear de Grupo de Estudos, que funciona todos os dias úteis, na parte da noite. Temos também aulas de reforço aos sábados, de português e matemática e outras disciplinas, de acordo com a demanda de nossas alunas e alunos. Mais recentemente, retornamos com as aulas de alfabetização. Neste artigo, nos propomos especialmente a falar de algumas dessas experiências.

Sabemos que o público que compõe as salas de aula dos cursos de EJA e de pré-vestibulares sociais tem classe, cor e CEP bastante definidos e demarcados. Assim, atentar para um currículo e para uma prática pedagógica que leve em conta as especificidades do público que a compõe é fundamental para que se construa uma *outra* forma de educação, que faz da leitura de cada realidade seu ponto de partida. Valorizar os saberes que esses alunos e alunas consigo trazem, suas culturas e experiências é fundamental para se trabalhar com esta *outra* forma de fazer educação: a educação popular.

Por esta via, “a questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos, cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista” (FREIRE, 2007, p.24) é elemento fundamental neste processo coletivo. É preciso,

a nosso ver, ainda mais: rebeldia e insurgência não esvaziadas e ingênuas de sentido, mas carregadas de vicissitudes, para *serem mais* neste processo dialógico e transformador, que se dá entre todas e todos do grupo. É nessa dialética que podemos conseguir, como num pêndulo, agir para transformar e, ao mesmo tempo, sermos transformados.

Dentro deste panorama de ações em torno de uma *outra* educação, as experiências de alunas e alunos (funcionários e funcionárias da própria universidade, das empresas terceirizadas da limpeza, moradores e moradoras do entorno, estudantes do terceiro ano do Ensino Médio das escolas públicas da região e pessoas de diferentes localidades, de um modo geral) professoras e professores voluntários (que são, em sua expressiva maioria, estudantes da universidade) nos oferecem relatos como:

A minha experiência foi muito boa aqui no NEAd, estudei no Grupo de Estudos e participei de várias Conversas com o NEAd<sup>1</sup>, Cine NEAd, Aula-passeio. Tenho esse carinho e convivência até hoje. Foi onde conheci tantas pessoas e continuo ampliando esse conhecimento. E o fato de permanecer nesse ambiente familiar e acolhedor é que me traz a esperança de me aperfeiçoar e poder alfabetizar, de fazer a alegria de quem tanto deseja ter conhecimento. (Márcia Bahia, ex-aluna do Grupo de Estudos, funcionária da PUC-Rio e futura alfabetizadora do Núcleo)

Uma grande marca que acreditamos para fazer uma *outra* educação é a possibilidade de tornar protagonistas aquelas e aqueles que entraram para o Núcleo para alguma atividade e retornam posteriormente para darem suas contribuições, de alguma maneira. Elas e eles fazem isso porque acreditam no caráter de devolutiva e de “dívida” com o espaço, contribuindo com suas experiências e ações, de forma a multiplicá-las. Querem, por livre vontade, retornar àquele espaço do qual antes participaram como alunas e alunos, agora contribuindo para a formação de outras e outros tantos que dali tomam parte. Assim, seguem formando e sendo formados, num intercâmbio e troca de saberes que acreditamos ser a válvula que move as ações em educação popular. Abaixo segue o relato de experiência de Elisângela Alves, ex-aluna do Grupo de Estudos e atualmente graduanda do curso de Ciências Sociais da universidade e professora do mesmo Grupo:

Vi um cartaz que anunciava um curso de educador popular pelo NEAd em parceria com uma igreja na favela da Cidade de Deus, onde eu moro.

---

<sup>1</sup> Conversas com o NEAd, assim como o Cine NEAd são atividades bimestrais promovidas pelo Núcleo, que se intercalam e que são abertas ao público. Dentro dessas ações são utilizados temas candentes em educação, que procuram dialogar com elementos relacionados aos contextos históricos e atuais da sociedade, como política, cidadania e direitos humanos.

Rapidamente fiz minha inscrição neste curso, e é claro, houve uma incrível troca de saberes e o convite para que eu participasse do Grupo de Estudos e preparação para o ENEM que acontece lá no espaço do NEAd.

Assim, sendo eu uma mulher de 46 anos, compartilhando o mesmo espaço com jovens ainda cursando o ensino médio, mas aproveitando a oportunidade dada para ampliar conhecimento e ter um bom desempenho no ENEM, fui recebida por eles sem nenhum preconceito, foi muito importante pra mim. Então chegou o vestibular de inverno da PUC. Fiz a prova, passei e finalmente estou cursando Ciências Sociais. Minha experiência depois disso está sendo incrível: de aluna a professora de sociologia no Grupo de Estudos do NEAd, sempre tendo a educação popular como base para as atividades.

Acreditamos que a educação popular é uma educação embasada na perspectiva dos direitos humanos, na medida em que, com uma ética própria, que vê o sujeito em sua integralidade, propõe o rompimento com uma educação engessada e burocratizada e procura humanizar as relações entre os diferentes sujeitos que compõem as atividades. Sem hierarquias, autoritarismos ou quaisquer formas que operem de modo a ofender e desqualificar suas culturas, vivências e experiências, cada participante tem sua voz e vez de falar e de ouvir. Nesse processo não há quem saiba mais ou menos, há saberes diferentes, que geram outros tantos, a partir dessa sinergia de culturas que se dá por meio do diálogo e da escuta, ao mesmo tempo. É o respeito ao outro, por meio da dialogicidade e da valorização de seus conhecimentos, um dos elementos principais deste tipo de educação. Nas palavras da professora de Língua Portuguesa do Grupo de Estudos e graduanda do curso de Letras da universidade, Yasmin Barros:

Através do espaço que me foi cedido e da liberdade garantida às mais diversas formas de trabalho, além da possibilidade de diálogo direto e aberto com os alunos (reforçada pelo ambiente informal e descontraído do grupo de WhatsApp que compartilhamos), vivenciei momentos que me engajaram em novas percepções e práticas. Como educadora (sempre) em formação, não posso acreditar em fórmulas de sucesso. Posso acreditar apenas naquilo que é construído em conjunto, naquilo que é compartilhado, naquilo que é refletido. Todo o contato, dentro e fora de sala de aula, é fundamental para que cada vez mais o conteúdo possa tratar diretamente delas e deles, desde o planejamento até a conclusão. Pela crença fundamental de que literatura e mundo, linguagem e realidade, sala de aula e vida não se dissociam jamais, promovemos, com erros e acertos, oito meses de vivência intensa das potências de um grupo de estudos como este. Se não acredito em fórmula para o sucesso de aulas, acredito, em seu lugar, no afeto construtor e fomentador. Acredito na educação popular e no exercício de democracia inerente à função de educadora que escolhi seguir. Acredito na prática de uma Pedagogia do Oprimido e da Autonomia, na qual a díade aprendizes-educadores é não só inseparável, como intrínseca a todos os seres sociais.

Com os três relatos de experiência que acabamos de tomar ciência, é notório que a educação que acreditamos está para além de provas e avaliações burocráticas, mas que versa primeiramente por “tomar sua palavra”, como nos colocava Paulo Freire em sua *Pedagogia do Oprimido*, e fazer com que cada qual se entenda enquanto sujeito *no* mundo e *com* o mundo. É por meio desta reflexão pautada por uma educação crítica que ser sujeito de sua própria história faz com que estas pessoas tomem conhecimento e se apropriem de seus direitos e, a partir disso, tornem-se sujeitos do próprio processo de construção do conhecimento e, sobretudo, de sua existência.

### **Conclusões inconclusas... porque estamos sempre em processo...**

*Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,  
humanamente diferentes e totalmente livres.*  
Rosa Luxemburgo (1871-1919)

Entender que os direitos humanos são assegurados em lei e que são frutos de lutas históricas da sociedade civil organizada em coletivos e movimentos sociais é desmistificar os intensos ataques que sofrem esses direitos e quem os defende por parte de grupos conservadores. É atestar que os direitos que construímos, como o próprio nome já diz, são para a humanidade, não para um público seletivo. É, sobretudo, entender, de uma vez por todas, que quem defende os direitos humanos não “defende bandido”, como apregoam aqueles que banalizam nossas lutas, mas que defendemos o ser humano em sua integralidade, portanto, em sua cidadania.

Atrelado a esta esfera de pensamento, é preciso pensar que educação queremos: uma educação *para* e *por* cidadania, mas uma cidadania que se constrói com todos os sujeitos que compõem os espaços de educação, sejam eles formais ou não formais, ou uma cidadania “da cepa torta” (PAIS, 2001) que, truncada, se revele ainda mais opressora e estigmatizante de culturas e trajetórias? Optamos aqui pela educação emancipadora, crítica e libertadora, pautada na perspectiva freireana do termo. E a educação popular em direitos humanos pode nos contemplar nesta busca constante pela humanização dos processos educativos. Ouvimos de nossas alunas e alunos, do terceiro ano do ensino médio e que estão no Grupo de Estudos se preparando para as provas do ENEM, que gostariam que a escola delas e deles fosse “como aqui, onde a gente pudesse sentar, conversar, ouvir, falar (...)” ou ainda: “venho doida pra tomar

esse café, na escola o lanche é horrível, depois caio na rede e tiro um cochilo até a aula começar. Rede na sala de aula, só aqui!”.

Trabalhar com educação popular é um processo sistemático, multidimensional e transversal que deve acontecer em todos os momentos e em todos os espaços: formal, não formal e informal de educação, pois acreditamos que há educação em todos os feixes de nossa existência. É essa pluralidade que deve atravessar nosso conteúdo curricular, na perspectiva da intertransdisciplinaridade (PADILHA, 2004) e da democracia, transformando saberes historicamente silenciados e desqualificados em epistemologias e parte integrante do processo de construção do conhecimento da humanidade, ao lado dos saberes historicamente sistematizados. É trazer novas expectativas, outros aportes e diferentes representatividades.

Pensar enquanto povo subalternizado, sobretudo as populações latino-americanas e africanas, que foram e são historicamente silenciadas em toda a sua estrutura social, é romper e desafiar discursos e estratégias que desqualificam e apontam carências no lugar de possibilidades, fragmentação no lugar de ajuntamento. É perceber ainda que os saberes da rua e dos povos tradicionais podem e devem ser levados em consideração neste processo, de forma a entrar no currículo das escolas, também. Por sua vez, a academia deve tornar-se definitivamente um amplo espaço e palco para esse debate, concatenando, diríamos nós, *epistemes-outras*, de forma a desvelar, pouco a pouco, o histórico de preconceitos e estereótipos e demais violências físicas e simbólicas que nossa ancestralidade, oprimida, experimentou.

Entender o aluno e a aluna como um campo de possibilidades, reconhecendo-os a partir de seus aportes e perspectivas, de forma a dialogar com suas experiências e problematizá-las, é dever de todo projeto de educação que se pretenda estruturante e eficaz: humanizador. Deve, para tanto, ser discutido e também fazê-los discutir de maneira plena, integral, a fim de que suas potencialidades, perspectivas e necessidades sejam especuladas e levadas em conta. Para nós, é evidente a certeza, teórica e prática, da urgência de uma educação que se proponha verdadeiramente democrática, respeitadora, atenta às diferenças e às múltiplas realidades e identidades, que busca o diálogo e a soma no desenvolvimento dos conhecimentos; um conceito de educação que “ultrapassa os limites do escolar, do formal e engloba as experiências de vida e os processos de aprendizagem não formais” (GADOTTI, 2012, p. 2).

Reconhecer que temos feridas que vêm desde a nossa colonização e trabalhar com elas de forma lúcida implica em tirarmos a venda dos olhos, partindo para um processo de libertação sem volta, mas enfrentando-as de modo a produzir renovadas perspectivas, dando lugar a velhos saberes, até então subalternizados. É, sobretudo, colocarmo-nos contra todo e qualquer tipo de

sujeição de nossas identidades culturais e subjetividades, através de um *pensamento-outro*. É a possibilidade de fornecer diversas visões de um mundo que se torna reconhecidamente *pluri*, pois se confronta de forma aberta e igual, lado a lado, portanto, com outros saberes. O que se trata é de criar novos espaços de *epistemologias-outras*, que, funcionando como espaços de resistência servirão como enfrentamento; bem como ocupar antigos locais, que serviam e servem a uma epistemologia universalizada e ideologicamente enraizada em processos estruturais de dominação, que tem raça, gênero e localização geográfica bem definidos.

Entender a educação popular como aporte para um projeto de sociedade mais humano e, para tanto, menos excludente, requer de nós a ampliação de perspectivas e de horizontes que primem por valorizar os saberes da rua, dos povos, das gentes. Exige, fundamentalmente, a disposição de afrouxar as caixas que nos foram apresentadas, de libertar-nos das dominações silenciosamente impostas, para enxergarmos os espaços educacionais – formais, não formais ou informais – para muito além de espaços de aprendizado de conteúdos e de respeito canonizado ao currículo, mas, sobretudo, como ambientes de potência criadora e transformadora. É, por fim, saber ainda que estamos num eterno devir, nunca acabados, mas sempre em processo. De desconstrução, reconstrução e construção de conhecimentos.

## Referências Bibliográficas

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

*Política e Educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

*Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 36.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GADOTTI, M. *Estado e educação popular: Desafios de uma Política Nacional*. 2012. Disponível em: [7%C3%A3o\\_Popular\\_-\\_Gadotti.pdf](#) Acesso em: 4 nov 2018.

PADILHA, P. R. *Currículo intertranscultural: novos itinerários para a educação*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2004.

PAIS, J. M. *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto: Âmbar, 2001.

SANTOS, B. S. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. *Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade*.